

IDEOLOGIAS, DESIGUALDADES E A DOMINAÇÃO CAPITALISTA: QUESTÕES PARA REFLETIR SOBRE A PROBLEMÁTICA URBANA NA AMÉRICA LATINA

Fernanda Teixeira Jardim

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ftjardim@hotmail.com

RESUMO: Este ensaio apresenta um debate sobre o papel da ideologia na constituição dos discursos urbanos e sua aplicação nas políticas urbanas latino-americanas, que vêm cristalizando formas de governança neoliberal, que se apoiam e reforçam a dinâmica econômica global, levando a grandes transformações nas cidades e alterando o processo de urbanização. Discursos que são difundidos internacionalmente de forma hegemônica e que trazem uma série de implicações relacionadas as generalidades do modelo mundial de urbanização capitalista, combinados com as especificidades da formação urbana latino-americana, especialmente relacionada a existência de desigualdades sistêmicas. Assim, argumenta-se como fundamental a construção de um pensamento crítico da problemática urbana a partir da América Latina, a fim de romper com o ciclo de dominação ideológica, como de contribuir à ação política.

Palavras-chave: Ideologias urbanas, urbanização, América Latina.

GT –12: Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica

INTRODUÇÃO

No decorrer do movimento da história, o mundo está constantemente se modificando, alterando suas formas, conteúdos, suas estruturas sociais e a forma como o imaginamos, o representamos e damos significado a nossa experiência social. O pensamento social e suas construções simbólicas - símbolos, representações e valores compartilhados - participam ativamente da constituição do espaço em que vivemos, da mesma forma como este expressa e,

também, orienta e transforma o pensamento social. Neste aspecto, as formas urbanas refletem os conteúdos sociais (valores, símbolos, saberes e a prática), que estão interconectados às dinâmicas capitalistas de produção do espaço. Em meio a globalização, estas dinâmicas são conduzidas por uma prática (econômica, técnica e política), como também por uma ideologia, com o objetivo de criar uma realidade parcial, ilusória, para suprimir as formas alternativas de produção socioespacial.

Neste sentido, o conhecimento e a ciência do espaço, incluindo a área do urbanismo e do planejamento urbano, incorporam ideologias e produzem um discurso reducionista do espaço que ocultam suas contradições e toda a sua complexidade e variedade. Trata-se de um pensamento hegemônico que instrumentaliza as ações do modo de produção capitalista, imprimindo suas lógicas e servindo ao seu estabelecimento. Assim, as formas de pensar e de agir nas cidades são influenciadas por concepções economicistas que vêm levando a uma crescente mercantilização dos espaços urbanos, gerando impactos diretos na vida cotidiana, modificando hábitos, modos de vida, padrões de consumo e as aspirações e desejos humanos.

Podemos afirmar que, embora muitas destas questões não se restrinjam a atual fase do capitalismo, é evidente que hoje estamos diante de um mundo muito mais conectado e próximo que favorece a expansão das relações sociais capitalistas em escala planetária, bem como o seu fortalecimento. É fundamental revelar que este processo se faz fortemente ancorado por seu caráter ideológico, por vezes utilizando-se do conhecimento científico, que ampara e legitima o sistema capitalista-mundo, impondo suas regras e ordens, ao passo que obscurece as causas essenciais das crescentes mazelas socioambientais e das desigualdades sistêmicas, aprofundando-as ainda mais.

Este ensaio vêm discutir, portanto, o papel da ideologia na constituição dos discursos urbanos e a sua aplicação nas políticas urbanas latino-americanas, que vêm cristalizando formas de governança neoliberal, que se apoiam e reforçam a dinâmica econômica global, levando a grandes transformações nas cidades e alterando substancialmente o processo de urbanização. Apresenta, também, a necessidade de construir um pensamento crítico latino-americano a partir de uma abordagem investigativa da problemática urbana, considerando as generalidades e as particularidades que explicam as transformações das cidades latino-americanas, decorrentes da sua inserção aos padrões mundiais de urbanização capitalista.

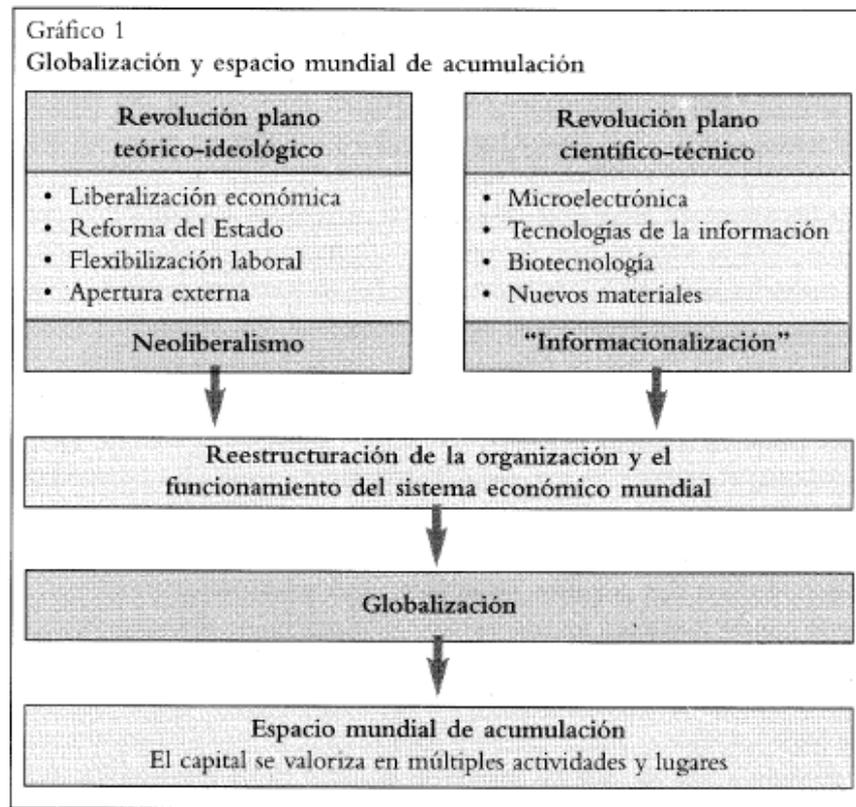
1. URBANIZAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E IDEOLÓGIAS URBANAS NA AMÉRICA LATINA

O processo de urbanização contemporânea, combinado com a globalização, trouxe novas configurações espaços-temporais, que atingem todas as escalas geográficas. As cidades, particularmente, passam por grandes transformações, alterando sua forma, organização e suas funções. As novas condições de acumulação capitalista reforçam a mercantilização do espaço, sobretudo o urbano, que é fundamental para as estratégias de reprodução do capital. Um processo que, pela sua magnitude e amplitude, tem sido considerado como uma nova revolução urbana.

Segundo Mattos (2010), há hoje uma nova dinâmica econômica que se desenvolveu a partir do esgotamento do modelo de acumulação fordista-kenesiano, que atingiu tanto os países centrais, quanto os da periferia do capitalismo mundial, promovendo uma verdadeira revolução. Uma reestruturação econômica que rapidamente se propagou por todo o mundo, constituída sobre dois pilares básico: um que se desenvolveu no plano científico-técnico e outro no discurso teórico-ideológico.

No plano tecnológico, os sistemas de informação e comunicação, mais potentes e eficazes, possibilitaram mais conectividade e mobilidade em escala mundial, engendrando uma nova arquitetura financeira e produtiva. Já no plano do discurso teórico-ideológico, as mudanças foram no sentido de respaldar a constituição de arranjos institucionais liberalizantes (liberalização econômica, abertura externa, regulação pro-mercado, gestão pública e governança neoliberal), o que favoreceu a progressiva des-fronterização dos territórios nacionais e sua permeabilidade a nova ordem financeira e produtiva. Ambos serviram de impulso para as transformações do sistema econômico, à medida que se articulam e se retroalimentam para formação de um espaço mundial de acumulação. Como demonstra o esquema apresentado por Mattos (2010):

Figura 01: Globalização e espaço mundial de acumulação



Fonte: Mattos (2010, p. 232)

A conformação deste espaço de acumulação, de abrangência mundial, trouxe uma série de consequências e transformações, sendo considerada uma nova fase de modernização capitalista que desencadeou um padrão de urbanização substancialmente diferente da fase anterior, do processo de industrialização. Assim, as cidades passam por uma metamorfose, alterando sua forma urbana e mudando sua organização, funcionalidade, morfologia e aparência, especialmente aquelas que participam mais ativamente dos circuitos globais hegemônicos, as denominadas cidades globais. Mudança que se caracteriza por uma alteração de estado, representando uma segunda revolução urbana, em que a cidade industrial é substituída pela cidade difusa¹. Estas apresentam tendências de crescimento e expansão com

¹ Mattos (2010) recorre a Dematteis, em seu estudo sobre a evolução de algumas cidades europeias, em que destaca a periurbanização e a cidade difusa como modelos que convergem como padrão comum que se verifica, de cidades "sem centro", com estrutura reticular cujos nódulos (sistemas urbanos singulares) conservam e acentuam sua identidade através de processo inovadores de competição e cooperação.

padrões generalizantes, o que não significa a formação de uma cidade genérica, pois mantem suas particularidades e identidades (diferenciação/distinção), que se tornam vantagens competitivas (entorno natural, paisagem, patrimônio cultural e arquitetônico, vida urbana), ou seja, são atributos para valorização do capital (MATTOS, 2010).

Isso se reflete em modelos de governança urbana que são instituídos sobre os fundamentos da competição e da liberalização econômica, a fim de criar, nestas cidades, as condições necessárias para a valorização do capital, especialmente articulados ao processo de financeirização² da economia. Assim, as cidades devem ter capacidades, como infraestrutura, serviços e equipamentos, mas também, formas de financiamento urbano, normativas, regimes fiscais, trabalhistas e estruturas institucionais atrativas para o capital. Como consequência, há uma maior autonomia na ação empresarial e um expressivo aumento de intervenções urbanas e dos negócios imobiliários privados, que é marca da atual revolução urbana. O que nos possibilita afirmar que *“las ciudades están viviendo una aguda intensificación de la mercantilización del desarrollo urbano”* (MATTOS, 2007, p.83). Um fenômeno mundial que atinge também diversas cidades da América Latina.

Segundo Ribeiro e Mancilla (2020), as tendências atuais, de uma urbanização de alcance planetário, associada as políticas neoliberais relacionados a financeirização, conformam um circuito urbano imobiliário global que se vinculam aos processos de urbanização do capital, sendo estratégia para a continuidade do sistema. Circuito este que necessita de um conjunto de marcos intelectuais/ideológicos hegemônicos para legitimar e orientar o sistema capitalista mundial, colocando suas regras e afirmando suas ordens. Neste sentido, instituições e agentes vinculados aos processos de urbanização do capital elaboram e disseminam marcos intelectuais/ideológicos com o objetivo de justificar políticas que dinamizam processos de neoliberalização.

Verifica-se, portanto, que há hoje um crescente ciclo de disseminação de ideologias urbanas que têm contribuído para afirmar as dinâmicas capitalistas de produção do espaço e

² Como destaca Soares (2020) a financeirização, assim como o neoliberalismo e a globalização são as principais tendências do capitalismo mundial dos últimos trinta anos. Este, pode ser interpretado conforme diferentes significados “desde a expansão do volume e da abrangência geográfica das transações financeiras e dos novos produtos financeiros, até a crescente dominância no poder político e econômico do mercado de capitais, dos bancos e das classes rentistas, estas últimas com repercussões na produção imobiliária, o que aproxima a financeirização da análise do urbano e das cidades” (ibid., p.02).

conter, transitoriamente, seus conflitos. Estas ideologias são difundidas por meio de modelos, categorias de análise e de conhecimento sobre a cidade e de como solucionar os problemas urbanos. Trata-se de um conhecimento hegemônico sobre as formas de pensar e de agir na cidade, impulsionados por poderosas instituições multilaterais e financeiras (Banco Mundial, ONU, entre outras instituições, corporações e organizações) que se articulam com o Estado, em diferentes escalas da esfera pública (disseminando modelos, metas, compromissos ou em consultorias e assessorias). Como também nas Universidades e na produção científica, definindo agendas de investigação que difundem generalizações, ou seja, modelos técnicos particularizados, porém universais e idealizados, mediante a atribuição de adjetivações às cidades: cidades inteligentes, cidades criativas, cidades sustentáveis, entre outras (RIBEIRO; MANCILLA, 2020).

Estas ideologias urbanas criam representações conceituais dominantes da cidade como motores de crescimento econômico, portanto, de espaços que devem ser desregulados e propícios aos negócios rentáveis. Trazem uma pressão para os governantes e gestores urbanos de serem dinamizadores deste crescimento econômico, promovendo intervenções, propondo grandes projetos de reestruturação urbana, realizando ajustes institucionais e regulatórios (direcionados para a racionalidade empresarial) e instaurando uma gestão urbana pró-mercado. Conformam princípios e regras universais, essencialmente técnicos, de como diagnosticar as realidades urbanas, tratar seus problemas e padronizam as soluções, despolitizando a questão urbana. Instauram, assim, um pensamento único, respaldado cientificamente, que busca eliminar as diferenças e as contradições, como colocam Ribeiro e Mancilla (2020, p.343):

Unifican pensamiento, lenguaje y realidad para obtener la identificación de todos los sujetos sociales con una imagen particular universalizada, que es la imagen de la clase dominante. Con ello se busca eliminar las diferencias y las contradicciones. En este sentido es que se construyen nuevas cuestiones urbanas que diagnostican científicamente los males de las ciudades y simultáneamente proponen la redención de la sociedad a partir de intervenciones urbanas parciales.

Neste sentido, o mito ideológico neoliberal da globalização e sua variante das cidades globais tem o objetivo de homogeneizar todo o planeta de forma que todos os países, em todas as regiões, seja na América Latina, Ásia ou África, tenham o mesmo modelo político-

econômico, social e territorial dos países dominantes do capitalismo avançado. Impondo uma verdade única, em que explicam os processos, inclusive os urbanos, por meio de conceituações e modelos que utilizam para analisar os seus próprios, impondo um claro colonialismo intelectual. Este padrão neoliberal de acumulação, em suas três décadas de história, tem gerado desigualdades crescentes, acentuando a fragmentação e a diferenciação entre os países, regiões e entre suas formas territoriais. Assim contribuindo para a conformação de um planeta constituído de fragmentos, profundamente desiguais em termos econômicos, sociais e urbanos (COBOS, 2014).

Afirma Piketty (2020), que as sociedades humanas sempre tiveram a necessidade de justificar suas desigualdades e que, em cada época, se produz um conjunto de discursos e ideologias contraditórias que visam legitimar a desigualdade tal como ela é, ou como ela deveria ser, colocando regras econômicas, sociais e políticas que estruturam o todo. Convergem, em um só tempo intelectual, institucional e político, várias narrativas dominantes que vão apoiar os regimes desigualitários. Nas sociedades contemporâneas, o que se afirma como dominante é a narrativa proprietarista, empreendedorista e meritocrática, que coloca a desigualdade moderna como justa, tendo em vista que

decorre de um processo livremente escolhido, em que todos têm as mesmas oportunidades de aceder ao mercado e à propriedade e em que todos se beneficiam naturalmente da acumulação dos mais ricos, os quais são também os mais empreendedores, os mais merecedores e os mais úteis. Estaríamos, assim, nos antípodas das sociedades antigas, fundadas em disparidades estatutárias rígidas, arbitrárias e muitas vezes despóticas (PIKETTY, 2020, p.11).

Neste contexto, as desigualdades não são somente determinações econômicas ou tecnológicas, mas também ideológicas e políticas, ou seja, são construções sociais e históricas dependentes dos sistemas jurídicos, tributários, institucionais, educacional e político que se escolhe instituir e das categorias que se opta por criar. Se referem a escolhas relacionadas às representações que cada sociedade tem de justiça social, de economia justa e das relações de força que cada grupo, e seus diferentes discursos, tem de colocar e impor suas ideias e ideologias. Neste ponto, é sempre possível trilhar outras trajetórias, imaginar e estruturar mundos novos e sociedades diferentes (PIKETTY, 2020).

Por esta perspectiva, coloca Veschambre (2016) que no meio científico a desigualdade tem sido um tema de investigação recorrente que, embora nunca essencialmente neutro, se refere a fatos objetivos, ou seja, são fenômenos mensuráveis e localizáveis. Estes dificilmente são contestados, mesmo que por vezes possam ser ocultados ou subestimados. Contudo, diante de uma mesma constatação da existência de uma desigualdade (objetivação), há os que vão denunciá-la como injusta e outros que vão retratá-la como parte de uma ordem social considerada justa, segundo critério de mérito desigual dos indivíduos. Neste sentido, é mais fácil e aceito tomar a desigualdade como objeto de investigação do que expressar o justo e o injusto. Porém, centrar a análise na (in)justiça remete à uma dimensão política, pois a revelação da desigualdade assume um caráter de denúncia, à medida que esta é considerada como inaceitável por um determinado sistema de valores. Uma perspectiva que traz elementos que visam contribuir diretamente à ação cidadã e política e à promoção de justiça.

Construir uma sociedade mais igualitária passa pela busca por justiça, uma noção a ser gestada socialmente em cada momento histórico, tanto em termos políticos e ideológicos, quanto por meio de experiências práticas concretas. É preciso revelar que o processo de urbanização e globalização atual promovem uma distribuição desigual dos recursos e bens socio-ambientais, acarretando em injustiças socio-territoriais em todas as escalas geográficas que se busque analisar. Afeta cada país, sociedade e comunidade de forma diferente, mas suas consequências, muitas vezes, atingem a todos, assumindo uma dimensão global. É fácil imaginar quando pensamos em questões como aquecimento global, crises humanitárias, como pandemias entre outros. Como apresenta Soja (2010, p.54), ao parafrasear Martin Luther King³: “*spatial injustice anywhere, at any geographical scale, is a threat to justice everywhere*”.

Imprescindível que a busca por uma sociedade mais humana, em que valores de justiça e igualdade estejam no topo das realizações sociais, seja acompanhada por uma crítica profunda do caráter ideológico dominante, que cria uma realidade ilusória e parcial com o objetivo de manter a estabilidade do sistema e suprimir as formas alternativas de produção socioespacial. Neste sentido, conhecer os mecanismos de dominação capitalista e suas estratégias, que se colocam no campo do conhecimento, das práticas e do imaginário social, é fundamental.

³ Original do discurso de Martin Luther King, em 1963, apresentado por Soja (2020,p.VII): “*Injustice anywhere is a threat to justice everywhere.*”

2. A PROBLEMÁTICA URBANA NO CONTEXTO NEOLIBERAL LATINO AMERICANO

Na contemporaneidade testemunhamos uma expansão e intensificação do processo de urbanização em todas as escalas espaciais e por toda a superfície do planeta. Portanto, o urbano hoje não se restringe a um lugar relativamente delimitado ou distinto, mas se apresenta como uma condição planetária generalizada, na qual, e por meio da qual,

“a acumulação do capital, a regulação da vida política e econômica, a reprodução das relações da vida política e econômica, a reprodução das relações sociais cotidianas e a contestação das características possíveis do planeta e da humanidade são simultaneamente organizadas e disputadas.” (BRENNER, 2018, p.35)

Nesta perspectiva, não é possível conceber uma mudança social sem que esta esteja associada à questão urbana que nos envolve, ou seja, é preciso considerar, em qualquer análise social, os padrões mundiais contemporâneos de urbanização capitalista e suas consequências nas relações sociais, políticas, econômicas e no ser humano/natureza (BRENNER, 2018). Mas também, compreender que cada sociedade produz seu espaço, e como um fenômeno mundial, a urbanização se desenvolve de forma distinta em cada lugar, pois depende das características da sociedade, trazendo consequências e implicações variadas, o que faz parte da problemática urbana (LEFEBVRE, 1999).

No contexto latino-americano, as cidades e os países se estruturam e funcionam hoje segundo o padrão neoliberal de acumulação do capital que determinou uma nova fase de sua histórica. Estrutura esta sustentada ao longo dos últimos trinta anos pelos países hegemônicos e por empresários transnacionais, que são os grandes beneficiários de seu caráter especulativo e espoliador. Contudo, sua estrutura urbana é produto de uma combinação complexa entre o velho, as heranças do passado, e o novo, em que se agrega os problemas e contradições do passado com as do presente (COBOS, 2014).

Nesta direção, compreender as cidades latino-americanas e seus processos, no atual contexto neoliberal, implica em analisar as generalidades capitalista e as particularidades histórica-territoriais latino-americanas. As cidades latino-americanas, inseridas no sistema capitalista mundial, assumem as formas, os processos, as estruturas e as contradições sociais do modo de produção capitalista, explicadas por suas teorias e leis gerais. No entanto, estas características gerais são combinadas com as particulares específicas, relacionadas a sua formação socioterritorial, traços históricos e culturais, que as diferencia das cidades inseridas em sociedades do capitalismo mais desenvolvido (COBOS, 2014). Como exemplifica Cobos (2014, p.39):

la subsistencia de núcleos indígenas en el campo y la ciudad, las formas de propiedad colectiva de la tierra periurbana en México (1917 a 1992), la urbanización acelerada entre 1940 y 1980, la autoconstrucción masiva de vivienda popular generalizada en la región desde 1940, la formación y presencia actual de un mercado informal de suelo urbano, la llamada informalidad como actividad laboral de subsistencia ante el enorme desempleo estructural y la pobreza, la presencia recurrente de dictaduras militares y regímenes de excepción en la región sobre todo en los años setenta, la actual diversidad – discursiva o real – de las posturas gubernamentales ante el neoliberalismo, o la violencia generalizada en las ciudades en la actualidad debida en gran medida al narcotráfico y su incidencia en la vida cotidiana urbana.

A urbanização latino-americana é marcada especialmente pelos seus contrastes, com manifestações de modernidade e altos índices de pobreza e vulnerabilidade. A desigualdade e a exclusão social são o reflexo de processos longínquos e estruturais da sua formação socioespacial, que se evidencia nas cidades em quadros crescentes de segregação, na precariedade e informalidade urbana e nas disparidades das condições de vida da população.

No atual cenário global, a desigualdade continua sendo um fenômeno que se expressa em todo o mundo, mas afeta mais particularmente a América Latina, região considerada como a mais desigual do planeta. Desigualdades que são econômicas, políticas e socioculturais, que se apresentam em diferentes momentos de sua história. Nas últimas décadas, o modelo global implementado na América Latina tem demonstrado ineficácia na constituição de um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo para a região, ao contrário, vem contribuindo para aumentar, sob diversos aspectos, o abismo social preexiste (DIAZ, 2007).

A urbanização na América Latina se desenvolveu com um ordenamento estatal muito limitado e inadequado para enfrentar o crescimento urbano acelerado e resultante das ações individualizadas e espontâneas dos múltiplos atores urbanos. O planejamento urbano não foi contínuo e consistente, foi falho na sua condução técnico-burocrata e com carências científicas para diagnosticar os problemas e trazer soluções, principalmente os relacionados as irregularidades e informalidades urbanas. Estava, especialmente, subordinado aos interesses de setores sociais hegemônicos (elites fundiárias, imobiliárias e rentistas) e do capital imobiliário, ao mesmo tempo que limitava a participação cidadã como elemento de validação e de controle social (COBOS, 2014). Neste sentido, o ordenamento urbano e suas estruturas estatais sempre estiveram, em boa medida, dominado por certos grupos privilegiados e setores que se beneficiaram do processo de produção do urbano, situação que se mantém e se reforça nos dias atuais na configuração do setor financeiro, que são os “quem mandam nas cidades” hoje, incluindo as latino-americanas (SOARES, 2020).

Mesmo que de forma conturbada, no padrão neoliberal de acumulação, esta legitimidade de ação estatal desapareceu diante da ideologia e da política que se afirmou (desregulação, estreitamento do Estado, livre iniciativa, livre mercado, etc). Embora ainda se elaborem planos de desenvolvimento, por questões jurídicas ou discursivas, inclusive enfatizando atacar problemas estruturais, como a definição de metas para a redução das desigualdades, do déficit habitacional ou de garantir infraestrutura básica para a população, sua eficácia e operacionalidade se esvazia em meio as novas condições de funcionamento do Estado capitalista no neoliberalismo (COBAS, 2014).

Muitos planos, projetos, políticas e modelos de desenvolvimento latino-americanos, também passam a incorporar novas concepções, adotando um discurso e estabelecendo definições e orientações institucionais pro-mercado (RIBEIRO; MANCILLA, 2020). Assim, as políticas urbanas implementadas pouco se diferenciam em termos das ideologias declaradas por seus governantes. Estas seguem aos imperativos neoliberais ideológicos, ou reais, da globalização, da competitividade, da rentabilidade dos territórios, etc. (COBAS, 2014).

Cabe salientar que este processo não se sucedeu sem resistências e com algumas conquistas no sentido de promover melhorias sociais e avanços democráticos, mas que não foram suficientemente capazes de consolidar mudanças estruturais significativas. Como

colocam SCHIAVO; GELFUSO; VERA (2017), ao afirmarem que nas últimas décadas se verifica uma retomada e uma apropriação do conceito de direito a cidade na América Latina, não só pelos movimentos sociais, como também por organismos de cooperação internacional e pelo Estado, em todos os seus níveis territoriais. No entanto, seu significado tem se expressado de forma antagonica, particularmente por sua utilização por alguns governos da região que o reduziram a uma apropriação normativa-institucional, não chegando nem perto de impulsionar as transformações preconizadas por Lefebvre (2001), formulador do conceito.

Algumas denominações e concepções também surgem no sentido de moderar ou suavizar políticas urbanas neoliberais, como na proposta conceitual de “cidades justas”. Uma proposta advinda de uma concepção norte-americana, com base na teoria liberal da equidade e distribuição de Rawls (2003), bastante difundida no meio acadêmico. Um conceito que vem sendo incorporado na América Latina por meio de pesquisas, grupos de investigação e instituições, que se associam aos governos da região⁴. No entanto, alerta Musset (2015) que este conceito tem sido utilizado de forma ambígua e enganadora, pois não revela um verdadeiro pensamento crítico sobre os modos capitalistas de produção do espaço. É empregado para passar a ideia de que as cidades do futuro serão competitivas, porém justas, ou melhor, serão competitivas porque serão justas na medida de suas capacidades e necessidades. Assim, o *slogan* politicamente correto da cidade justa tem sido utilizado para justificar políticas neoliberais, servindo mais à promoção de um marketing urbano do que para efetivamente combater as injustiças e as desigualdades nas suas causas estruturais.

Neste sentido que os discursos urbanos e suas construções teóricas/ideológicas devem passar por uma análise crítica quanto aos efeitos concretos das políticas e das intervenções públicas que se materializam com base na lógica neoliberal. Modelo este que vem incorporando, cada vez mais, os territórios latino-americanos aos processos de urbanização do capital, imprimindo suas ordens supremas⁵ e reforçando a dominação capitalista. Mecanismo que estrutura e acentua, cada vez mais, as desigualdades sociais e urbanas da região.

⁴ Musset (2015) cita o grupo de investigação CLACSO (*Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*) e suas publicações referentes a temática das cidades justas, assim como a fundação chilena *Ciudad Justa*, criada em 2012 e a Red Latinoamericana por Ciudades Justas y Sustentables, idealizada em 1994.

⁵ Segundo Mattos (2010), o capitalismo nesta fase (neoliberal) se estrutura a partir de dinâmicas genuinamente capitalistas, ou seja, as regras do jogo capitalista são colocadas mais facilmente, sem barreiras ou oposições

Como verificamos, há características nos processos urbanos latino-americanos que lhe são próprias e as teorizações e modelos homogeneizantes não abarcam suas especificidades. Embora haja diferenças dos processos que ocorrem entre os países, regiões e cidades deste contexto regional, o que resulta em uma gama mais variada de especificidades, há também características gerais e comuns, o que permite que se construam interpretações e teorizações latino-americanas de sua realidade comum (COBOS, 2014).

Neste contexto, é imprescindível formular uma agenda coletiva de investigação latino-americana, de forma a desenvolver teorias urbanas a partir da América Latina, rompendo com o ciclo de despolitização da questão urbana latino-americana e a sua subordinação ao pensamento hegemônico dominante, assim como, para ampliar o espectro das teorias críticas formuladas nos países centrais (RIBEIRO; MANCILLA, 2020). Consolidar, portanto, um pensamento crítico latino-americano da problemática urbana, contribuindo na proposição de alternativas e nas transformações necessárias para afirmação do direito à cidade nos contornos contemporâneos.

Como apresenta Lefebvre (2001, p.138), “A revolução teórica e a transformação política andam de mãos dadas”. Uma transformação revolucionária da sociedade requer que novos pensamentos e teorias sejam lançadas para que se tornem aliadas da força social e política que mudará o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade, assim como o espaço urbano, são uma construção social (nas suas dimensões físicas, social e mental) relacionado às dinâmicas econômicas e sociais determinadas por seu tempo. As recentes transformações do capitalismo provocaram profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais no mundo que determinaram novas configurações socioespaciais. Alterações estas relacionadas aos processos combinados de urbanização e

significativas. Assim, há uma maior autonomia de ação dos proprietários e administradores do capital, enquanto que se reduz as possibilidades de atender aos interesses sociais gerais.

globalização, que vêm reafirmam a lógica capitalista e o uso do espaço a seu favor, reduzindo as possibilidades de sua apropriação social.

Enfatizamos que estas dinâmicas são legitimadas por ideologias e representações, que mantem a dominação e o funcionamento do sistema-mundo capitalista, estabelecendo suas ordens. Ideologias que constroem imaginários sociais e representações do mundo, que determinam escolhas em que se estabelecem os regimes políticos e institucionais de cada sociedade. Na atual conjuntura estas estão a serviço da conformação de arranjos políticos-institucionais liberalizantes.

Um pensamento que é incorporado nas práticas políticas e no planejamento urbano, instituindo formas de governança neoliberal nas cidades e uma gestão urbana pro-mercado. Padrão que é adotado pelas cidades latino-americanas, trazendo uma série de implicações relacionadas as particularidades do modelo mundial de urbanização capitalista, como também, das especificidades socioculturais e históricas da sua formação socioespacial.

Neste sentido destacamos que o modelo de desenvolvimento urbano latino americano sofre influência de ideologias urbanas que são difundidas internacionalmente como modelos hegemônicos, que não são compatíveis com a realidade Latino Americana. Especialmente relacionada a existência de desigualdades sistêmicas, que acompanha o seu processo de formação urbana e que se exacerbam ainda mais no contexto neoliberal que se firma como dominante nas últimas décadas. Trazendo como consequência a crescente mercantilização das cidades e afetando consideravelmente a vida cotidiana da população.

Assim, é preciso construir um pensamento latino-americano a fim de apreender o fenômeno urbano a partir da América Latina, de forma a romper com a subordinação ideológica estabelecida pelo pensamento dominante. Este, necessariamente crítico, ou seja, no sentido de almejar por transformações sociais, de barrar a crescente inserção dos territórios latino-americanos aos processos de urbanização espóliar e especulativo do capital, assim como, que venha a contribuir à ação política e cidadã, de forma a desvincular-se da alienação que vêm destituindo da sociedade sua capacidade criadora, de construir seus projetos e de conduzir suas ações e desejos.

REFERÊNCIAS

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

COBOS, Emilio. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo, v. 16, n. 31, 2014, p. 37-60.

DÍAZ, Laura. Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CIMADAMORE, Alberto; CATTANI, Antonio (orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007, p.125-150.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MATTOS, Carlos. Globalización, negocios inmobiliarios y transformación urbana. **Nueva Sociedad**, nº 212, noviembre–diciembre, 2007, p. 82-96, 201.

MATTOS, Carlos. **Globalización y metamorphosis urbana en América Latina**. Quito: Olacchi, 2010.

MUSSET, Alain. El mito de la ciudad justa: una estafa neoliberal. **Bitacora**. v. 1, n.24, p. 11-20, 2015.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

RAWLS, John. **Justiça como equidade: Uma reformulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RIBEIRO, Luiz; MANCILLA, Marcelo. Urbanización del capital y difusión de ideologías urbanas en América Latina: la ciudad como máquina de crecimiento económico. In: RIBEIRO, Luiz (org.). **As metrópoles e o capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles, 2020, p.339-368.

SCHIAVO, Ester; GELFUSO, Alejandro; VERA, Paulo. El derecho a la ciudad. Una mirada desde América Latina. **Cadernos metrópoles**, v.19, n. 38, 2017, p. 200-312.

SOARES, Paulo. Produção do espaço urbano, financeirização e gestão urbana nas metrópoles e cidades na atualidade. **REVISTA E-METROPOLIS**, v. 11, 2020, p. 34-42.

SOJA, Edward. **Seeking Spatial Justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

VESCHAMBRE, Vicent. Aprender la dimensión espacial de las desigualdades: el acceso al “conservatorio del espacio”. In: BRET, Bernard ,et al. **Justicia e injusticias espaciales**. Rosário: UNR Editora, 2016.